

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-777-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.779211312>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Investigação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: UMA ANÁLISE PELO ASPECTO (MICRO) POLÍTICO

Nadia Hage Fialho

Ivan Luiz Novaes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113121>

CAPÍTULO 2..... 15

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBICIONANDO A EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) FIRMADOS NA AGENDA 2030

Cilene Magda Vasconcelos de Souza

Gabriel Mateus Moura de Andrade

José Luiz Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113122>

CAPÍTULO 3..... 27

FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES, DO ENSINO BÁSICO, NO BRASIL E PORTUGAL: EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Clara Maria Almeida Rios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113123>

CAPÍTULO 4..... 45

FORMAÇÃO E ENSINO EM SAÚDE: ASPECTOS QUE PERMEIAM A CONSTRUÇÃO DO SER DOCENTE

Renata Scartezini Martins

Kelen Antunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113124>

CAPÍTULO 5..... 56

ESTILOS PARENTALES Y EL ROL ASUMIDO EN LA VIOLENCIA EN EL NOVIAZGO EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS

Claudia Rocío Bueno Castro

Gloria Margarita Gurrola Peña

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113125>

CAPÍTULO 6..... 68

ESTRÉS ACADÉMICO Y LOCUS DE CONTROL EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS: UN ESTUDIO COMPARATIVO

Aurora León Hernández

Sergio González Escobar

Norma Ivonne González Arratia López Fuentes

Blanca Estela Barcelata Eguiarte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113126>

CAPÍTULO 7..... 79

INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS ENTRE A VIDA E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE FRANS KRAJICBERG E A ÁREA DE EDUCAÇÃO, POTENCIALIZADAS PELO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE

Uillian Trindade Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113127>

CAPÍTULO 8..... 90

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O DESAFIO DA MEDIAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO

Ivanete Rodrigues dos Santos

Gilberto Gomes dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113128>

CAPÍTULO 9..... 97

PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Carla Giselle Duenha de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113129>

CAPÍTULO 10..... 112

NORMATIVAS LEGAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA

Yasmin dos Santos de Araujo

Yara Araujo Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131210>

CAPÍTULO 11..... 125

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO GAMIFICADO PARA APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS POR ALUNOS SURDOS

Raquel Fonseca Maldonado

Mariana Leite Marques da Silva Bezerra

Edison Souza Trindade

Tábata de Oliveira Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131211>

CAPÍTULO 12..... 136

GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM CRIANÇAS E PROFESSORAS?

Gislene Cabral de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131212>

CAPÍTULO 13..... 150

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO COMO COMPLEMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA AS ESCOLAS DA REDE BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE

José Vítor Rodrigues Santos

Andrea Ferreira Soares

Aline Lima de Oliveira Nepomuceno

Francisco Prado Reis
Vera Lúcia Corrêa Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131213>

CAPÍTULO 14..... 163

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: O QUE REVELAM OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Osmar Mackeivicz
Viridiana Alves de Lara Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131214>

CAPÍTULO 15..... 174

O DISCURSO DE AUTOAJUDA E AS PRÁTICAS IDENTITÁRIAS DO SUJEITO PROFESSOR

Samuel Cavalcante da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131215>

CAPÍTULO 16..... 188

O USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) NA ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

Helano da Silva Santana Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131216>

CAPÍTULO 17..... 200

PONDERANDO EL PROCESO METACOGNITIVO EN NORMALISTAS POR MEDIO DEL APRENDIZAJE ACELERADO

Miryam Nava Cervantes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131217>

CAPÍTULO 18..... 207

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO IFPA

Maria Cristina Afonso Ferreira
Maria de Fátima Matos de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131218>

CAPÍTULO 19..... 225

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE DO PAÍS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Letícia Pereira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131219>

SOBRE OS ORGANIZADORES 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 06/09/2021

Carla Giselle Duenha de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Foz do Iguaçu - Paraná
<http://lattes.cnpq.br/9575546258340892>

RESUMO: A educação é um direito fundamental de todos e tem como um dos principais objetivos a promoção da autonomia do indivíduo de modo com que possa desenvolver suas capacidades para se relacionar consigo, com o outro e com o mundo que o cerca. O espaço escolar é fundamental para o desenvolvimento do ser humano e possui um importante papel social, não se limitando a ser mecanismo de aprendizado somente de conteúdos pedagógicos. Neste sentido, o fim social da escola a aproxima da Justiça Restaurativa, cujo objetivo é melhorar o clima, a segurança e o aprendizado na escola, sendo que para tanto utiliza-se dos valores humanos universais. Assim, por meio da aplicação das práticas restaurativas na educação visa-se criar ambientes de aprendizado mais justos e equitativos. Este estudo tem como objetivo verificar se a aplicação das práticas restaurativas é capaz de ocasionar mudanças no ambiente escolar. Justificando-se devido a relevância social do tema e a possível contribuição para à educação. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico Howard Zehr, Kay Pranis e Elizabeth M. Elliot. Tendo como metodologia

utilizada a revisão bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Realizando pesquisa bibliográfica, exploratórias e explicativas. Por meio do qual, pode ser verificada a amplitude do tema, uma vez a escola é um local importante para a aplicação das práticas restaurativas, havendo várias práticas que podem ser realizadas no contexto escolar, como os círculos restaurativos, ou ainda chamados de círculos de construção de paz. Dessa forma, o uso das práticas restaurativas de modo regular no contexto escolar tem-se demonstrado uma ferramenta colaborativa e transformativa para a promoção de uma comunidade escolar mais saudável e conseqüentemente, para um melhor exercício da cidadania com a participação mais consciente e responsável do indivíduo na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Restaurativa. Escola. Círculos de Construção de Paz.

RESTORATIVE PRACTICES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

ABSTRACT: Education is a fundamental right for all and has as one of its main goals the promotion of the person's autonomy so that the person can develop the capacities to relate with him/herself, with others, and with the world around him/her. The school space is fundamental for the development of the human being and has an important social role, and is not limited to being a mechanism for learning only pedagogical contents. In this sense, the social purpose of the school brings it closer to Restorative Justice, whose goal is to improve the climate, safety and learning in school, and for

this it uses universal human values. Thus, through the application of restorative practices in education, the aim is to create fairer and more equitable learning environments. This study aims to verify whether the application of restorative practices is capable of bringing about changes in the school environment. It is justified due to the social relevance of the theme and the possible contribution to education. To this end, it was used as theoretical reference Howard Zehr, Kay Pranis and Elizabeth M. Elliot. The methodology used was a bibliographic review, developed from materials published in books, articles, dissertations, and theses. Performing bibliographic, exploratory and explanatory research. By means of which, the amplitude of the theme can be verified, once the school is an important place for the application of restorative practices, having several practices that can be carried out in the school context, such as the restorative circles, or still called peacemaking circles. Thus, the use of restorative practices on a regular basis in the school context has been shown to be a collaborative and transformative tool for the promotion of a healthier school community and consequently, for a better exercise of citizenship with a more conscious and responsible participation of the individual in society.

KEYWORDS: Restorative Justice. School. Peacemaking Circles.

1 | INTRODUÇÃO

A educação é direito de todos e é relevante para a sociedade. Por sua vez, a escola pode ser percebida como um microssistema da sociedade em que diversas pessoas, com personalidades distintas, advindas de contextos e realidades diversas convivem diariamente.

Assim, em decorrência de tantas diferenças nem sempre as interações neste ambiente são harmoniosas, bem como muitas vezes não são adotadas formas de diálogos para melhorar estas interações, ao contrário muitas vezes da dificuldade surgida pelas diferenças acabam surgindo diversos conflitos.

Neste sentido, muitos questionamentos surgem em como melhorar as relações, como permitir interações saudáveis, construir relacionamentos, bem como quais as formas adequadas para administrar os conflitos dentro do ambiente escolar, quais ferramentas podem ser utilizadas para proporcionar um ambiente de aprendizado justo e equitativo, bem como promover a construção e manutenção de relacionamentos saudáveis.

O papel da escola vai muito além do ensino de conteúdo, sendo esta a função básica da escola, mas ela tem a função social que visa desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, capacitando-o para se tornar um cidadão participativo, com senso crítico, reflexivo e consciente dos seus direitos e deveres e assim, estar apto a um melhor exercício da cidadania.

Neste sentido, o fim social da escola a aproxima sobremaneira da Justiça Restaurativa (JR), cujo objetivo é restaurar relações rompidas, utilizando-se de mecanismo capazes de despertar nos indivíduos valores humanos universais tão importantes aos indivíduos e que influenciam diretamente para que a convivência entre as pessoas seja pacífica, honesta e justa.

A JR é aplicada no contexto escolar por meio das práticas restaurativas, em especial pela aplicação dos Círculos Restaurativos, também chamados de Círculos de Construção de Paz, tendo este método sido sistematizado por Kay Pranis e sendo a prática restaurativa mais aplicada nos projetos de justiça restaurativa nas escolas no Brasil.

Importante ainda destacar, que os círculos é um processo que busca atender a pessoa de forma holística e dar espaço para o desenvolvimento social, emocional e moral além do desenvolvimento físico e mental do aluno.

Portanto, a aplicação da Justiça Restaurativa na educação, traz um olhar para o papel social da escola e a importância do cumprimento desta finalidade, bem como podem ajudar a desenvolver relacionamentos que darão suporte e promoverão a aprendizagem, ao mesmo tempo em que irão proporcionar o desenvolvimento social e emocional saudável a todos os atores envolvidos no contexto escolar e que consequentemente refletirão no exercício da cidadania.

O estudo tem como objetivo demonstrar as mudanças que a Justiça Restaurativa é capaz de ocasionar no ambiente escolar, por meio da aplicação das práticas restaurativas. Justificando-se devido a relevância do tema e a possível contribuição para à educação.

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se como referencial teórico Howard Zehr, Kay Pranis, Carolyn Boyles-Watson, Katherine Evans, Dorothy Vaandering e Elizabeth M. Elliot. Tendo como metodologia utilizada a revisão bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Realizando pesquisa bibliográfica, exploratórias e explicativas.

O artigo foi dividido em duas partes, inicialmente foi realizado o estudo sobre a Justiça Restaurativa na educação e em seguida foi abordado sobre o Círculo de Construção de Paz, bem como a sua aplicação no contexto escolar. Por fim, nas considerações finais apresentam-se algumas reflexões sobre a temática, visto a complexidade e amplitude do tema.

2 | JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental de todos preconizado na Constituição Federal de 1988. Tem-se como um dos principais objetivos da educação a promoção da autonomia do indivíduo, construindo capacidades de relacionar-se consigo mesmo, com os outros e com o mundo. (SANTOS; GOMIDE, 2014, p. 31).

A escola além da família é uma instituição de fundamental importância no desenvolvimento de crianças e adolescentes, por ser o local onde se busca a integração social, a troca de experiências, o aprendizado e a preparação para o futuro. (GEQUELIN; CARVALHO, 2007, p.137).

No entanto, nem sempre a escola toma para si a responsabilidade quanto ao seu papel social, limitando-se a ser mecanismo de aprendizado tão somente de conteúdos

pedagógicos.

Agindo assim, tal instituição contrariamente ao seu fim, torna-se um ambiente violento, ou seja, capaz de abrigar situações violentas e, pior, gerar comportamentos violentos. A chamada “violência escolar” pode ocorrer por meio de diversas modalidades de violência, como a física, psicológica, sexual, negligência ou contra o patrimônio, podendo envolver todas as pessoas que compõem o universo escolar, alunos, professores, funcionários, pais e ainda sujeitos externos. (WILLIAMS; STELKO, 2013, p. 20).

Neste sentido, o fim social da escola a aproxima sobremaneira da Justiça Restaurativa (JR), cujo objetivo é restaurar relações rompidas, utilizando-se de mecanismo capazes de despertar nos indivíduos sentimentos de pertença, respeito, compreensão e responsabilização. (MELO, 2005, p. 60).

Além disso, a Justiça Restaurativa na educação visa melhorar o clima, a segurança e o aprendizado na escola e para tanto tem como valores fundamentais a participação, o respeito, a honestidade, a humildade, a interconexão, a responsabilidade, o empoderamento, a esperança, entre outros. (EVANS; VAANDERING, 2018, p. 33).

Ainda, ao descrever os fundamentos da Justiça Restaurativa Howard Zehr explica que, para se envolver com a JR, é preciso examinar e mudar as lentes através das quais se vê o mundo. (ZEHR, 2018, p.183).

Na perspectiva de Evans e Vaandering (2018, p. 20) é preciso olhar o comportamento dos alunos por uma lente de engajamento social, ao invés de controle social, ou seja, é preciso incentivar mudanças no ambiente escolar ao invés de simplesmente tentar mudar o comportamento de alunos individuais.

Portanto, a Justiça Restaurativa na educação visa criar ambientes de aprendizado justos e equitativos, nutrir relacionamentos saudáveis, reparar danos e transformar conflitos. (EVANS; VAANDERING, 2018, p. 17-18).

Assim, a escola é um local importante para a aplicação das práticas restaurativas, havendo vários tipos de práticas, que podem ser realizadas por meio de painéis, oficinas, conferências restaurativas e círculos restaurativos. (ZEHR, 2012, p.53).

Merece destaque dentre as práticas restaurativas o método do círculo restaurativo, também chamado de círculo de construção de paz, método amplamente difundido no Brasil pela precursora Kay Pranis (2010), sendo o círculo a prática restaurativa mais aplicada nos projetos de Justiça Restaurativa nas escolas.

De acordo com Pranis e Boyles-Watson (2018) o uso da prática do círculo de maneira regular e rotineira é a infraestrutura chave para uma comunidade escolar saudável uma vez que, os círculos apoiam o crescimento e a aprendizagem individual ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de uma comunidade escolar positiva e saudável para todos.

Neste contexto, a análise da aplicação da Justiça Restaurativa na educação, traz um olhar para o papel social da escola e a importância do cumprimento desta finalidade,

que poderá avançar na medida em que as práticas restaurativas estejam estruturadas no sistema educacional e conseqüentemente, poderão ajudar a desenvolver relacionamentos que darão suporte e promoverão a aprendizagem, ao mesmo tempo em que irão proporcionar o desenvolvimento social e emocional saudável a todos os atores envolvidos no contexto escolar.

Assim, considerando que a estrutura escolar pode ser considerada como uma micro-sociedade, em que regras precisam ser observadas para que as relações se estabeleçam de forma adequada e que como em sociedade a observância das regras buscam o bem-estar social, no ambiente escolar é importante com que os agentes que compõem este contexto também as observem e as cultivem para uma melhor convivência.

Mullet e Amstutz (2012, p.27) apontam ser necessário “ensinar a criança regras que orientarão o seu viver e que a ajudarão a se integrar à sociedade e ao seu contexto cultural.”

No entanto, regras quando impostas geralmente não trazem um grau de satisfação ou observância por todos os envolvidos. Neste sentido, a Justiça Restaurativa por meio do diálogo, dos seus pilares e princípios prioriza o compartilhamento de poder, o consenso e a construção conjunta e dessa forma, permite com que as regras sejam percebidas e observadas com outro enfoque.

Neste sentido, importante destacar o caráter acolhedor e ético presente na Justiça Restaurativa, que segundo Mullet e Amstutz (2012, p. 34) é “capaz de promover valores e princípios que utilizam abordagens inclusivas e solidárias para a convivência. Essas abordagens nos permitem agir e reagir de forma a restabelecer o outro, ao invés de alienar e coibi-lo.”

Com isso, pensando a escola como uma micro-sociedade que também tem como atribuição formar indivíduos críticos, éticos, cidadãos preparados para o exercício da cidadania, inserir as práticas restaurativas no contexto escolar pode vir a propiciar um ambiente que permita naturalizar o diálogo, a disciplina e a responsabilização dos sujeitos.

Ademais, por meio das práticas restaurativas valores importantes como justiça, respeito, responsabilidade entre outros são preconizados durante as práticas, assim ao promover a mudança de paradigma, com a adoção de recursos capazes de promover o diálogo, a cooperação e a solução pacífica dos conflitos, bem como a construção e ressignificação de valores traz para a escola a possibilidade de melhorias nas relações escolares, comunitárias e sociais.

A educação é um dos grandes pilares da estrutura social, sendo que o ambiente escolar é constituído por uma grande diversidade de indivíduos, provenientes de diferentes classes sociais e dotados de diferentes capitais culturais.

Capital cultural aqui entendido nos ensinamentos de Bourdieu (2007, p.73) como o capital associado à noção de conhecimento e às diversas formas de compreendê-lo, mas também voltado aos costumes e às culturas, produzidas e conservadas nos diferentes

contextos, raças, classes e povos.

Ademais, segundo Ellwanger (2019, p. 178) “a sociedade é multiplicidade, interconectada pelo somatório das diferenças e semelhanças. O outro é também o reflexo de cada um de nós, todos têm mais em comum entre si, do que se pode vislumbrar.”

Assim, considerando a escola como um espaço de tamanha diversidade, ao trazer a Justiça Restaurativa por meio da aplicação das práticas restaurativas, que tem uma função essencialmente social, tem-se como intuito auxiliar a escola a desenvolver seu papel social, cujo objetivo não se limita em apenas a ser mecanismo de aprendizado somente de conteúdos pedagógicos, mas também de valores para exercício da cidadania e um melhor convívio em sociedade.

O espaço escolar pode ser entendido como aquele com grande potencial transformador dos sujeitos sociais. Portanto, as relações cultivadas e construídas neste espaço refletirão no modo como esses sujeitos irão interagir em outros ambientes sociais.

Ainda, hoje é encontrado nas escolas o modelo de educação baseado no sistema de recompensas e punições, ou seja, se o aluno faz algo tido como “errado” recebe uma punição ou castigo e se faz algo tido como “certo” recebe um prêmio ou uma recompensa. Assim, o comportamento adotado pelo aluno acaba sendo adotado ou por medo de ser punido ou por vaidade para ser premiado.

Segundo Faure (2008, p. 09-10):

Na maior parte das escolas, os alunos adquirem os esquemas da comparação. Espera-se de cada indivíduo um desempenho definido globalmente de antemão. Os objetivos são os mesmos para cada um e os membros de um grupo são comparados entre si de acordo com seus resultados. O esquema da comparação gera o da competição: os alunos não trabalham em função de si mesmos, mas sim para ultrapassar os outros.

Neste sentido, os alunos são condicionados a se comportarem para preencherem as exigências do sistema, seja para atingirem os resultados esperados pelo professor, seja para obterem os resultados esperados pelo próprio sistema escolar. Não havendo espaço para que o aluno haja com liberdade, autonomia, criatividade e explorem suas potencialidades.

De acordo com Elliot (2018, p. 62) “comportar-se corretamente se tornaria mais um reflexo condicionado do que o resultado de uma introspecção reflexiva.”

Elliot (2018, p. 65) ainda, traz uma reflexão sobre a punição no domínio da educação e as suas consequências citando um trecho do capítulo cultura moral da obra *On Education* de Kant:

Se você punir uma criança por ser impertinente e recompensá-la por ser boa, ela agirá de modo correto meramente pelo benefício da recompensa; e quando ela for para o mundo e perceber que bondade não é sempre recompensada, nem maldade sempre punida, ela crescerá sendo alguém que só pensa em como deve continuar no mundo e fazer o certo ou o errado de acordo com o que ela entender ser vantagem ou não para si.

Assim, quando os comportamentos no ambiente escolar se baseiam apenas em punição e recompensa, neste tipo de sistema não há espaço para cooperação, pertencimento e inclusão, ao contrário acaba por estimular o individualismo e a competição.

Ainda, há um outro ponto a ser refletido sobre a punição, muitas vezes ela apresenta efeitos colaterais e não ensina a autodisciplina, isto porque o aluno punido na grande maioria das vezes sente-se injustiçado e questiona a natureza da punição, bem como atribui culpa para aquele que o puniu. Portanto, não se responsabilizando pelas consequências do seu comportamento, muitas vezes por não entender como inadequado aquele comportamento.

Diferentemente do sistema de punição e recompensa, a Justiça Restaurativa tem como foco estimular a responsabilidade, por meio de processos colaborativos e da empatia pela prática da escuta ativa. Portanto, trabalhar com a Justiça Restaurativa no ambiente escolar busca-se a construção de uma sociedade mais responsável, mais humanizada, em que não apenas o sujeito tenha individualmente suas necessidades atendidas, mas ao contrário que a necessidade de toda a comunidade escolar e indiretamente de toda a sociedade seja atendida.

Dessa forma, desenvolver as práticas restaurativas no ambiente escolar, vem de encontro com os objetivos da educação de promover a autonomia do indivíduo, construir a capacidade de relacionar-se consigo mesmo, com os outros e com o mundo, e assim, tornarem-se cidadãos mais conscientes e preparados para o exercício da cidadania.

3 | CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ

Os círculos de construção de paz também chamados de círculos restaurativos têm papel importante na Justiça Restaurativa, trata-se de um dos métodos utilizados para a aplicação das práticas restaurativas, no entanto, não é a única forma utilizada. Existem outros métodos adotados como: painéis, conferências, entre outros.

Contudo, no Brasil os círculos acabaram sendo o método que mais se difundiu devido sua grande utilização nos mais variados projetos espalhados pelo país. Bem como, é o método que mais vem sendo aplicado no contexto escolar.

De acordo com Costello, Joshua Wachtel e Ted Wachtel (2011, p. 7), o uso dos círculos para se reunir e discutir questões desenvolveu-se em quase todas as culturas, sendo que os primeiros círculos humanos resultaram da formação natural de pessoas sentadas ao redor de uma fogueira, estabelecendo a melhor maneira de distribuir eficientemente o acesso ao calor e a luz. No entanto, nos círculos na escola não há uma fogueira, e os objetivos estão relacionados a questões ou tópicos envolvendo todos que estão reunidos.

As práticas circulares surgiram nas comunidades aborígenes do Canadá. Quem primeiro reconheceu um círculo restaurativo, homologando-o por meio de sentença judicial foi o Juiz canadense Barry Stuart, sendo por ele também escolhido o nome de “Círculos de Construção de Paz”, que depois foi sistematizado por Kay Pranis. (SANTOS; GOMIDE,

2014, p. 31).

A história da JR na educação é recente, no entanto, segundo Evans e Vaandering “é complexa, tendo surgido do trabalho comunitário em rede, em várias partes do mundo.” (EVANS; VAANDERING, 2018, p. 21).

A complexidade ocorre devido a grande quantidade de programas, processos e campos de aplicação, sendo que os primeiros projetos que se tem registro aconteceram na Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Assim, enquanto a JR se difundia na área da justiça criminal, professores, diretores e orientadores pedagógicos começaram a aplicar as práticas que vinham sendo aplicadas no sistema judicial, adaptando-as para que se adequassem ao contexto escolar. (EVANS; VAANDERING, 2018, p. 23).

Neste sentido Boyes-Watson e Pranis (2011, p. 14) afirmam, que “os círculos podem ser adaptados para uso dentro da sala de aula, em casa, em conferências de família, encontros de equipes de trabalho, ou onde quer que esteja ocorrendo uma programação”.

Ou seja, sua grande adaptabilidade possibilita com que possa ser aplicado nas mais diversas abordagens e contextos distintos e de fato é o que se observa devido a sua grande aplicação em diversos projetos de aplicação da Justiça Restaurativa já implantados no Brasil.

O método dos círculos restaurativos propicia momentos de diálogo, de apoio, bem como para trabalhar os relacionamentos. Importante ainda destacar sua aplicação em situações em que há conflito, portanto, possibilitando ainda o encontro entre a vítima e o ofensor, contudo, não de forma imediata, havendo preparação prévia por meio dos Pré-Círculos. Para que somente então, após o devido preparo e aceitação de todas as partes envolvidas, é agendado o Círculo Restaurativo, e por fim, há a realização do Pós-Círculo Restaurativo. Portanto, os círculos de construção de paz aplicados a situações conflituosas constituem-se em três fases, sendo elas os pré-círculos, os círculos e os pós-círculos. (SANTOS; GOMIDE, 2014, p. 31).

De acordo com Pranis (2010, p.95), nas escolas o aprender e o ensinar acontecem de modo natural, no entanto, a escola também é um espaço em que os conflitos acontecem diariamente. Portanto, oferecem o espaço perfeito para ensinar e aprender sobre resolução de conflitos, sendo o Círculo uma ferramenta essencial nesse aprendizado.

Segundo Ellwanger (2019, p. 80) “os círculos de resolução de conflitos visam reunir pessoas que passaram por alguma divergência para tratar as origens e consequências do conflito. O foco é a recomposição e restauração, gerando como consequência um acordo consensual.”

Assim, no contexto escolar pode-se aplicar círculos com diversas finalidades, que vão desde círculos de relacionamento até círculos para resolução de conflitos. Como por exemplo, pode-se citar os círculos para construção de senso comunitário, em que logo no início do ano letivo, os professores podem realizar o círculo com a classe para desenvolver o senso de comunidade, ou seja, o desenvolvimento da comunidade dos integrantes

daquela classe, bem como estabelecer um vínculo e relacionamento de confiança entre alunos e professores que é um fator relevante para os resultados acadêmicos dos alunos. (PRANIS, 2010, p. 96-97).

Ainda, os círculos podem ser utilizados como parte do currículo, ou seja, como um espaço pedagógico. Como por exemplo, ao trabalhar uma obra literária ao invés de solicitar uma atividade de resumo ou resenha da obra, propor aos alunos sentarem-se em círculos e discutirem suas impressões sobre o livro.

Neste sentido, Pranis (2010, p. 98) afirma que:

Pelo fato do círculo ser um lugar onde a pessoa individual é valorizada, torna-se um espaço seguro para aprender e discutir sobre opiniões sinceras, que vêm do coração. Isto beneficia os professores porque dessa forma é possível ouvir a voz de cada aluno, algo que nem sempre se consegue durante uma discussão com a classe toda.

As aplicações dos círculos no contexto escolar são infinitas, podendo ser realizados, círculos com a equipe de trabalho da escola, círculos entre os professores, círculos com os pais e professores, círculos para envolver os pais e comunidade em geral, reforçando este trabalho conjunto e necessário.

Além disso, os círculos podem ser temáticos e trabalhar assuntos como: assédio sexual, desigualdade de gênero, violência infantil, como desenvolver a aprendizagem social e emocional, círculos para celebração da vida, para discutir valores como a amizade, sobre projetos para o futuro, para trabalhar o luto, enfim, nos círculos todos os assuntos podem ser trabalhados, incluindo-se as resoluções de conflitos, como por exemplo caso de bullying entre alunos.

Mas, e porque são chamados de Círculos Restaurativos?

Neste método de aplicação os participantes sentam-se em cadeiras dispostas em roda, sem mesa no centro. Às vezes se coloca no centro algum objeto que tenha significado especial para o grupo (peça de centro), como inspiração, algo que evoque nos participantes valores e bases comuns.

Segundo Pranis (2010, p. 25), “o formato espacial do círculo simboliza liderança partilhada, igualdade, conexão e inclusão. Também promove foco, responsabilidade e participação de todos.

De acordo com Costello, Joshua Wachtel e Ted Wachtel (2011, p. 7):

O círculo é um símbolo potente. Sua forma implica comunidade, conexão inclusão, justiça igualdade e integridade (...) Uma reunião em círculo, onde não há primeiro nem último lugar por sua própria natureza circular, estabelece uma igualdade de condições para todos os participantes.

Os círculos por sua própria estrutura transmitem certas ideias e valores importantes, sem necessidade de discussão uma vez que há igualdade, uma vez que literalmente todos no círculo têm lugares iguais. Há também segurança e confiança, quando colocados em

círculos pode-se ver todos os participantes, de modo que nada é escondido.

Assim, com o círculo é criado um espaço em que todos podem olhar-se, os participantes têm tempo e atenção iguais, cria-se um espaço seguro para que se manifestem, bem como estabeleçam uma relação de confiança uns com os outros e sintam-se seguros.

Segundo Ellwanger (2019, p. 72):

Um círculo de construção de paz é meio de reunir pessoas de modo que todos sejam igualmente respeitados, tenham igual oportunidade de falar sem interrupção, se expliquem contando a própria história, sejam tratados com igualdade, e que o aspecto emocional de todos seja igualmente acolhido.

Portanto, nos círculos todos os participantes têm oportunidade de participar, ainda que não utilizem seu momento para se manifestarem o “objeto da palavra” é passado um a um dos participantes, dando-lhes vez e voz. Ou seja, os círculos garantem a participação, igualdade e o empoderamento de todos os participantes em um momento de integração e acolhimento.

Sobre a estruturação do círculo, Pranis (2010, p.49-55) assevera que são compostos de elementos estruturais intencionais, sendo eles:

As cerimônias de abertura e fechamento, que marcam o tempo e o espaço do círculo como um lugar à parte. O bastão da fala ou objeto da palavra, que passa de pessoa para pessoa dando a volta na roda, ou seja, o detentor do bastão tem a oportunidade de falar enquanto todos os outros participantes têm a oportunidade de escutar sem pensar numa resposta. O facilitador ou coordenador, que não é alguém que será responsável por encontrar soluções e nem controlar o grupo, mas sim iniciar um espaço respeitoso e seguro e envolver os participantes na partilha da responsabilidade do espaço e pelo trabalho em comum. As orientações, também chamadas de valores e diretrizes, que são os compromissos ou promessas que os participantes fazem uns aos outros quanto ao modo como se comportarão no círculo, tendo como propósito estabelecer expectativas de condutas bem claras com base naquilo que os participantes necessitam a fim de se sentirem num espaço seguro para falar de modo sincero e autêntico e agirem a partir do impulso de se ligar aos outros de modo positivo. Por fim, o processo decisório consensual, sendo que este elemento estrutural não está presente em todos os círculos de construção de paz, uma vez que nem todos círculos tomam decisões, mas quando o fazem, elas são decisões consensuais.”

Ou seja, esta modalidade restaurativa consiste em os participantes se acomodarem em círculos, um objeto chamado de “bastão da fala ou objeto da palavra” vai passar nas mãos de cada um dos participantes na ordem em que estão sentados, para que todos tenham a oportunidade de falar, sendo que é conferido o direito de fala para aquele que está com o objeto da palavra em mãos.

Ainda, como parte do processo é feita uma cerimônia de abertura e fechamento em que um texto, uma atividade ou até mesmo um exercício relacionado ou não ao assunto que será trabalhado no círculo leve os participantes a uma reflexão ou centramento quanto ao tema. Na sequência são estabelecidas as orientações, em que são explicitados valores,

ou mesmo uma filosofia, que enfatize o respeito, o valor de cada participante, a integridade, a importância de se expressar com sinceridade, entre outras.

Todo o processo é orientado por facilitadores, geralmente o trabalho ocorre em duplas (facilitador e co-facilitador), os facilitadores também participam ativamente no círculo, integram enquanto participantes do círculo, uma vez que o objeto da palavra também passa por eles e a eles é concedido o poder da fala da mesma forma que ocorre com todos os outros participantes.

Ainda, quando no círculo serão tomadas algum tipo de decisão, as decisões ali tomadas são consensuais e tem por fundamento, um sério compromisso de compreender as necessidades e interesses de todos os participantes do círculo e de trabalhar para atender a todas essas necessidades.

Mas, porque tornar o círculo parte do contexto escolar?

Boyes-Watson e Pranis (2018, p. 6-8, bloco II/V), apresentam seis fundamentos para a prática de círculos nas escolas, sendo eles: o enfoque holístico com as crianças e adolescentes, a importância dos relacionamentos no desenvolvimento e na aprendizagem, o enfoque holístico para com a escola, a disciplina positiva, um ambiente de aprendizagem com sensibilidade para o trauma e a prática da atenção plena ou *mindfulness*.

O primeiro fundamento da educação holística, chama a atenção para a importância do aprendizado social e emocional. Segundo as autoras:

O círculo é um processo que busca, de forma intencional, atender a pessoa de forma holística e dar espaço para o desenvolvimento social, emocional e moral além do desenvolvimento físico e mental. Hábitos e atitudes emocionais não são simplesmente características inatas fixadas pelo nosso código genético, mas traços cultivados por meio da interação com os outros. (BOYES-WATSON; PRANIS, p. 6, bloco II/V).

O segundo fundamento tem o enfoque na importância dos relacionamentos no desenvolvimento humano e no processo de aprendizado cognitivo e social. De acordo com Boyles-Watson e Pranis (2018, p. 6, bloco II/V):

O Círculo é, acima de tudo, um processo para construir relacionamentos. Nós acreditamos que seu uso irá fortalecer relacionamentos de confiança e de cuidado entre adultos e crianças, bem como entre os adultos e entre as crianças, de maneira altamente benéfica para o aprendizado social e cognitivo.

O terceiro fundamento traz o enfoque holístico para com a escola. Para as autoras:

O processo circular é um espaço designado a promover o sentimento de pertencimento, a cultivar a conscientização e a consideração pelos outros e a assegurar a participação democrática respeitosa de todos os membros da comunidade. Por ser um processo estruturado para cultivar e apoiar o comportamento positivo dentro dele e, mais importante, fora do Círculo, nós acreditamos que seja extremamente útil na geração de um clima escolar positivo. (BOYES-WATSON; PRANIS, p. 7, bloco II/V).

O quarto fundamento para o uso dos círculos nas escolas se baseia na disciplina positiva, em especial pelo uso das práticas restaurativas baseadas na teoria da Justiça Restaurativa, assim segundo as autoras:

O Círculo é uma estrutura útil na geração e na articulação dos valores compartilhados, traduzindo-os em um conjunto de normas comportamentais comuns e explícitas em relação à conduta dentro da comunidade escolar. É também um processo eficiente na condução de uma disciplina positiva – um processo estruturado para lidar com o dano de forma que atenda às necessidades daqueles que foram prejudicados, ao mesmo tempo em que promove a assunção de responsabilidade pelos que o causaram. A disciplina restaurativa busca a formação de uma comunidade mais forte ao envolver toda a comunidade escolar na solução positiva do dano e ao usar o conflito como oportunidade para fortalecer relacionamentos positivos. (BOYES-WATSON; PRANIS, p. 7, bloco II/V).

O quinto fundamento para o uso dos círculos dentro das escolas vem da compreensão do trauma ou experiências adversas na infância e seu impacto na aprendizagem e no desenvolvimento humano. Sobre este fundamento as autoras afirmam que:

O processo circular pode também oferecer a oportunidade de chegar à autoconscientização através da conexão com os outros e oferece, ainda, a oportunidade de aprender formas construtivas de ir ao encontro das necessidades a partir da comunidade. Mais importante, essa é uma prática que beneficia todas as crianças – tanto as que estão emocionalmente saudáveis, como aquelas que estão se esforçando para ficar bem. É uma maneira de cultivar os benefícios de cura de uma comunidade saudável que concentra a força para apoiar e nutrir todos os seus membros, tanto em tempos bons como nos ruins. (BOYES-WATSON; PRANIS, p. 8, bloco II/V).

Por fim, o sexto fundamento traz como o enfoque na prática da atenção plena trazida na própria estrutura do círculo, uma vez que nos roteiros elaborados e indicados nos manuais escritos pelas autoras elas apresentam exercícios simples de meditação e respiração como parte das estruturas de muitos círculos. Segundo Boyles-Watson e Pranis (2018, p. 8, bloco II/V):

O círculo é uma prática de atenção plena porque encoraja os participantes a desacelerarem e a estarem presentes com eles mesmos e com os outros [...]. As pesquisas científicas confirmam o que milhares de anos da sabedoria humana e da prática afirmam: o uso regular de práticas simples de meditação aumenta o bem-estar mental, físico, emocional e espiritual. Pesquisas nas escolas que usam demonstram que técnicas simples podem melhorar a qualidade da atenção e foco dentro da sala de aula.

Dessa forma, observa-se que os círculos são espaços onde as pessoas livremente, se reúnem criando um espaço de aprendizado social e emocional, que promovem o sentimento de pertencimento, cultivam a conscientização e a consideração pelos outros, bem como asseguram a participação democrática e respeitosa de todos.

Assim como, é um processo para construir relacionamentos saudáveis, bem como um processo eficiente para lidar com o dano de forma que atenda às necessidades de

todos os envolvidos, sejam eles os prejudicados ou os causadores do dano, permitindo aos participantes a oportunidade de chegarem a autoconscientização através da conexão com os outros. Além de proporcionarem estarem presentes com eles mesmos e com os outros.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os levantamentos feitos por este estudo não visam esgotar o tema, mas refletir sobre a educação e a função social da escola no desenvolvimento do aluno para o exercício da cidadania. Neste sentido, tem-se que o papel da escola vai muito além da sua função básica de garantir a aprendizagem de conteúdo, mas também no desenvolvimento de habilidade e valores necessários à socialização do indivíduo.

A função social da escola aproxima da Justiça Restaurativa (JR), cujo objetivo é restaurar relações rompidas e construir relacionamentos saudáveis. Para tanto, utiliza-se de mecanismo capazes de despertar nos indivíduos valores humanos universais que influenciam diretamente para que a convivência entre as pessoas seja pacífica, honesta e justa.

Portanto, ao trazer a Justiça Restaurativa para o contexto escolar objetiva-se criar ambientes de aprendizado mais justos e equitativos, nutrir relacionamentos saudáveis, reparar danos, bem como transformar conflitos.

Neste sentido, a escola é um ambiente propício para a aplicação das práticas restaurativas, por apresentar uma grande diversidade de indivíduos, provenientes de diferentes classes sociais, com culturas e costumes diferentes.

Há diversos tipos de práticas restaurativas que podem ser aplicadas na escola como: os painéis, oficinas, conferências restaurativas, os círculos restaurativos entre outros. No entanto, merece destaque os círculos restaurativos ou círculos de construção de paz, que é o método que mais vem sendo aplicado nos projetos de Justiça Restaurativa nas escolas.

As práticas circulares na escola propiciam momentos de diálogo, de apoio, de construção de relacionamentos saudáveis, bem como podem ser utilizados para a resolução de conflitos. Assim, no contexto escolar pode-se aplicar círculos com diversas finalidades, que vão desde círculos de relacionamento até círculos para resolução de conflitos.

Além disso, o trabalho com os círculos permite com que as pessoas livremente, se reúnam e criem um espaço de aprendizado social e emocional, promovendo o sentimento de pertencimento, cultivando a conscientização e a consideração pelos outros, bem como assegura a participação democrática e respeitosa de todos.

Assim, a JR é um conjunto de ideias que traz um olhar diverso no modo de ver o mundo, bem como na maneira de agir no mundo, pela troca de lentes na construção de relacionamentos e ambientes saudáveis ou ainda, na maneira de olhar para os conflitos, mudando o foco para as relações entre os indivíduos.

Dessa forma, o uso das práticas restaurativas de modo regular no contexto escolar

demonstra ser uma ferramenta colaborativa e transformativa para a promoção de uma comunidade escolar mais saudável e conseqüentemente, para um melhor exercício da cidadania com a participação mais consciente e responsável do indivíduo na sociedade.

REFERÊNCIAS

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman.; MULLET, Judy H. **Disciplina Restaurativa para Escolas:** Responsabilidade e ambientes de cuidado mútuo. São Paulo: Palas Athena, 2012.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. **No coração da esperança:** guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis. Trad. Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Departamento de Artes Gráficas, 2011.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. **Círculos em movimento:** construindo uma comunidade escolar restaurativa. Trad. Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://www.escolamaispaz.org.br/circulosemmovimento/downloads/>>. Acesso: em 15 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

COSTELLO, Bob; WACHTEL, Joshua; WACHTEL, Ted. **Círculos Restaurativos nas escolas:** construindo um sentido de comunidade e melhorando o aprendizado. Trad. Gisele Klein. Pensilvânia, EUA: International Institute for Restorative Practices, 2011.

ELLIOT, Elizabeth M. **Segurança e Cuidado:** justiça restaurativa e sociedades saudáveis. Trad. Cristina Telles Assumpção. São Paulo: Palas Athena; Brasília: ABRAMINJ, 2018.

ELLWANGER, Carolina. **Justiça Restaurativa e ensino jurídico:** a lente restaurativa na formação do agente pacificador. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

EVANS, Katherine; VAANDERING, Dorothy. **Justiça Restaurativa na educação:** promover responsabilidade, cura e esperança nas escolas. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2018.

FAURE, Jean-Philippe. **Educar sem punições nem recompensas.** Trad. Stephania Matousek. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GEQUELIN, Juliane; CARVALHO, Maria C. N. **Escola e comportamento anti-social.** Ciências & Cognição, 11, 2007, 132-142 ISSN: 1806-5821. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/657/439>>. Acesso: em 15 mar. 2021.

MELO, Eduardo R. **Justiça Restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva.** In M.T. Bastos; S.R.T. Renault (Orgs). Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos (pp.53-78). Justiça para o Século 21: Instituto Práticas Restaurativas. Brasília: MJ e PNUD, 2005.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares de construção de paz.** Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

SANTOS, Mayta Lobo dos; GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Justiça restaurativa na escola**: aplicação e avaliação do programa. Curitiba: Juruá, 2014.

WILLIANS, Lúcia C. A.; STELKO-PEREIRA, Ana C. (Org). **Violência nota zero**: como aprimorar as relações na escola. São Carlos: EduFSCar, 2013.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. Trad. Tônia Van Acker. 3.ed. São Paulo: Palas Athena, 2018.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono escolar 27, 28, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 44
Acessibilidade 125, 188, 198
Aprendizaje acelerado 200, 201, 202, 204, 206
Arte 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 150, 187
Autoajuda 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186
Avaliação da aprendizagem 95, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172

B

Biologia 94, 115, 124, 134, 135, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 161

C

Ciências 13, 27, 33, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 51, 83, 90, 110, 114, 115, 116, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 140, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 176, 222, 223, 224, 233
Círculos de construção de paz 97, 99, 103, 104, 106, 109
Classes populares 27, 28, 30, 42
Comunicação gesto-visual 125
Comunidade escolar 91, 97, 100, 103, 108, 110, 127, 129, 150, 151, 152, 156, 159, 160
Coordenação pedagógica 90, 91, 92, 93, 96
Corpo 9, 52, 93, 114, 129, 130, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 149, 158, 179, 182, 208, 209
Currículo 43, 95, 105, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 134, 147, 209

D

Desempenho escolar 28, 30, 31, 32, 39, 43, 159, 161
Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 38, 40, 42, 43, 48, 49, 51, 55, 90, 91, 92, 95, 97, 99, 100, 101, 104, 107, 108, 109, 113, 114, 116, 118, 122, 123, 139, 147, 152, 153, 154, 158, 160, 163, 167, 168, 171, 183, 189, 190, 191, 192, 208, 209, 211, 217, 218, 220, 221, 225, 227, 228, 230, 233
Discentes 45, 46, 92, 125, 152, 153, 154, 163, 164, 171, 204, 209, 228, 229, 230
Docência 45, 47, 52, 53, 55, 93, 117, 124, 134, 153, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 233

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 109, 110,

112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 233

Educação a distância 49, 50, 55

Educação infantil 6, 136, 137, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Educação profissional 2, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Ensino superior 6, 14, 22, 30, 52, 53, 55, 81, 113, 118, 154, 163, 164, 165, 166, 169, 172, 199, 208, 209, 225, 226, 227, 228, 232, 233

Escola 2, 14, 19, 27, 30, 32, 39, 41, 42, 44, 47, 51, 80, 81, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 117, 126, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 146, 147, 156, 157, 158, 167, 168, 172, 184, 185, 193, 198, 209, 211, 215, 216, 223

Estilo parental 56, 57, 58, 61, 63, 64

Estrés acadêmico 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77

Estresores 68, 69, 70, 72

Evasão 42, 168, 207, 208, 223, 227

Exclusão 28, 39, 42, 43, 143, 154, 180

Extensão 2, 3, 4, 6, 36, 52, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 162, 208, 233

F

Família 1, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 82, 99, 104, 140, 147, 148, 181

Formação 1, 4, 22, 28, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 83, 88, 91, 93, 94, 95, 96, 103, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 143, 153, 154, 162, 164, 165, 166, 168, 172, 173, 179, 211, 214, 221, 226, 233

Formação docente 91, 93, 96, 113, 117, 118, 121, 122, 162

H

Habilidades cognitivas 200, 203

Humanismo 84, 177, 178

I

Identidade 5, 27, 29, 44, 46, 52, 53, 113, 122, 124, 137, 141, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187

Infância 22, 31, 36, 108, 136, 138, 139, 143, 148, 149

J

Justiça restaurativa 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111

L

Legislação para formação de professores 112, 115, 116

Licenciatura em Física 112, 113, 116, 120, 122, 123, 124

Língua Brasileira de Sinais - Libras 188, 192

Locus de control 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

M

Mediação pedagógica 55, 90, 91

Metacognición 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

N

Neoliberalismo 174, 186, 222

P

Pedagogia visual 125, 126, 127, 129, 134

Permanência estudantil 207, 208

Políticas de assistência estudantil 207

Políticas públicas 7, 8, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 24, 42, 140, 149, 184, 190, 213, 216, 218, 222, 223, 226, 227, 231, 232

Professor 4, 5, 15, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 93, 94, 95, 102, 112, 114, 115, 118, 124, 128, 133, 137, 153, 155, 156, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 192, 198, 233

R

Recursos Educacionais Abertos - REA 188, 195, 198

Relações de gênero 136, 137, 141, 142, 144

Rizoma 79, 84, 85, 87, 88

S

Saúde 7, 21, 45, 46, 49, 55, 150, 151, 162, 208, 212, 213, 214, 227

Scratch 125, 126, 127, 130, 131, 132, 135

Surdos 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 188, 192, 193, 195, 196, 198

Sustentabilidade 13, 15, 161

T

Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC 188

Território 79, 82, 140, 157

Trabalho pedagógico 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

U

Universitarios 56, 61, 65, 67, 68, 69, 76, 77, 204

V

Violencia en el noviazgo 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

